

# ***Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado***

---

*Luciana Quillet Heymann*

*Não é fazendo nada que você descansa,  
mas fazendo outra coisa.<sup>1</sup>*

*Creio que o produto do esforço de estudar e criar não são os escritos  
em que os outros vão nos conferir. O produto somos nós mesmos,  
refeitos e possuídos de uma sabedoria nova depois de cada esforço criativo.  
O ruim é que ela é inexpressável, a não ser através de outro esforço que,  
por sua vez, nos transfigura. O processo não tem fim.  
Ao contrário de um descascar cebolas, ele consiste em um  
enfolhamento sem fim.<sup>2</sup>*

Darcy Ribeiro

---

*Nota:* Luciana Quillet Heymann é pesquisadora do CPDOC/FGV.

Poucos personagens da história recente do Brasil têm seu nome associado a tantos campos de atuação quanto Darcy Ribeiro. Antropólogo formado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo em 1946, logo começou a atuar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), onde assumiu a direção da Seção de Estudos, dando início a uma atividade marcada pela combinação entre produção científica e formulação de políticas públicas – no caso, indigenistas – que iria marcar toda a sua vida. Nos anos em que permaneceu ligado ao SPI, Darcy publicou o resultado de suas pesquisas etnológicas, participou da criação do Museu do Índio<sup>3</sup> e nele organizou o primeiro curso de pós-graduação em antropologia cultural realizado no Brasil, iniciando sua longa lista de “fazimentos”, expressão que, ao enfatizar ação e processo, deixa entrever de maneira precisa a auto-imagem de Darcy, tantas vezes expressa por ele mesmo, um “híbrido de intelectual e fazedor”, “um homem de fazimentos”.<sup>4</sup>

Ingressou no campo da educação, do qual não mais sairia, em meados dos anos 1950. Sob forte influência de Anísio Teixeira, foi trabalhar no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e cerrou fileiras em defesa da escola pública, laica e gratuita. A criação da Universidade de Brasília (UnB), a chefia do Ministério da Educação e Cultura no governo João Goulart (1961-1964), a coordenação do Programa Especial de Educação do governo Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro (1983-1986) – cuja principal meta era a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) idealizados por Darcy –, a atuação à frente da Secretaria Estadual de Programas Especiais do segundo governo Brizola (1991-1994) – onde retomou o projeto dos Cieps e organizou a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) –, e sua atividade parlamentar no Senado, centrada na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em dezembro de 1996 e batizada como Lei Darcy Ribeiro, são outros tantos “fazimentos” aos quais se dedicou no campo educacional, com grandes impactos sobre o cenário fluminense e nacional. Isso para não falar em sua atuação no delineamento do sistema universitário de vários países da América Latina, bem como da Argélia, durante os anos em que esteve exilado.

Não se trata, aqui, de dar conta de sua biografia, nem mesmo de esboçar uma cronologia de suas atividades, mas apenas de chamar a atenção para a diversidade de preocupações e de projetos nos quais esteve envolvido e que contribuíram para criar a imagem de homem multifacetado, realizador, combativo, original e polêmico, que ele prazerosamente alimentou nas interpretações de si que inúmeras vezes tornou públicas em artigos e entrevistas. Nesse sobrevôo não se poderia, no entanto, deixar de mencionar sua atuação político-partidária, iniciada no Partido Comunista do Brasil, em princípios da década de 1940, onde sua indignação “com o mundo tal qual é e com o Brasil também” e sua disposição de “passá-lo a limpo”,<sup>5</sup> características que teriam se manifestado desde cedo, ga-

nharam uma dimensão ideológica e política. Partidário do trabalhismo desde os anos 1950, Darcy alinhou-se ao projeto político do presidente João Goulart, de quem chegou a ser chefe do Gabinete Civil, e manteve fidelidade, desde a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980, à liderança política de Leonel Brizola, ao lado de quem disputou as eleições vitoriosas de 1982, como vice-governador, e as eleições presidenciais de 1994, nas quais concorreu como candidato a vice. Além disso, pelo partido concorreu às eleições para o governo do estado do Rio de Janeiro, em 1986, tendo sido derrotado, e por ele elegeu-se senador, em 1990.

Uma apresentação ainda que sumária do personagem tem, necessariamente, de registrar sua atividade como literato. Seu primeiro e mais elogiado romance, *Maira*, publicado pela primeira vez em 1976 e traduzido em várias línguas, lhe rendeu prestígio e dinheiro. A ele se seguiram *O Mulo*, *Utopia selvagem* e *Migo*, publicados paralelamente a outros tantos livros, entre os quais se destacam os cinco títulos que compõem os *Estudos de antropologia da civilização*, resultado de um ambicioso projeto – ao qual se dedicou ao longo de três décadas – de escrever sobre o colonialismo sob a perspectiva de uma explicação global para a configuração americana e de formular uma “teoria do Brasil”, em um duplo sentido: por um lado, uma teoria sobre o Brasil e, por outro, uma teoria que desprezasse formulações “clássicas” e procurasse conceituar os problemas nacionais a partir de uma matriz original, brasileira (cf. Arruti, 1996-1997: 301-312).

Na vida de Darcy, portanto, os “papéis” de político, acadêmico e escritor se alternam e se combinam. Se nos detivermos em sua trajetória, no entanto, creio que poderemos arriscar na prevalência do político sobre os outros “papéis”. Foi no ambiente político que Darcy realizou seus mais importantes “fazimentos”, ligados à área educacional, onde, aliás, reflexão e ação política não constituem arenas de difícil conciliação, diferentemente do ambiente intelectual.<sup>6</sup> Essa ênfase na dimensão política não nega o fato de Darcy efetivamente ter se dedicado a várias áreas temáticas, que se sobrepuseram ao longo de sua vida, nem o de ter se envolvido em inúmeros “fazimentos”, alguns dos quais o acompanharam durante décadas. Sua personalidade incisiva, sua ironia e eloquência contribuíram, ainda, para construir a imagem irreverente e sedutora que o caracterizou, e que o folclore sobre sua vida fortaleceu, já que também nesse plano a multiplicidade adquiriu o aspecto de marca pessoal.

A imagem de uma atuação múltipla, costumeiramente remetida à sua personalidade talentosa e irrequieta, deve ser entendida, também, como marca de uma identidade autoproclamada. Darcy recusou rótulos, ou melhor, forjou seu próprio rótulo, o de homem público multifacetado, cuja capacidade intelectual e espírito empreendedor o tornavam capaz de circular e intervir em áreas

muito distintas. Assim, para escapar à sedução exercida pelos atributos de excepcionalidade e genialidade associados à sua figura, é importante não perder de vista que essa auto-representação tem mais de invenção (que não se confunde com falsidade) do que de destino, constituindo-se em uma interpretação *ex post*, que nem por isso deixou de terefeitos, tanto no domínio privado quanto no público.

### *O arquivo Darcy Ribeiro e seus (re)fazimentos*

Ainda que bastante consciente dos limites e especificidades dos arquivos pessoais, do equívoco de imaginá-los capazes de proporcionar a quem sobre eles se debruça a imersão na experiência de vida de seus titulares; ainda que tendo em mente o esforço de relativização que eu mesma havia empreendido com relação à noção de senso comum que identifica os arquivos pessoais a uma manifestação concreta da memória individual de seus titulares (cf. Heymann, 1997: 41-66), não pude evitar a expectativa de manusear a documentação de Darcy Ribeiro. Uma mistura de entusiasmo e cautela norteou, assim, os primeiros contatos com a papelada, em meados do ano 2000, quando o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) foi procurado pela Fundação Darcy Ribeiro para assumir a organização do arquivo.

Diante das dezenas de caixas de papelão que, à época, repousavam no sótão da casa recém-adquirida em Santa Teresa para sediar a Fundação, duas advertências permaneciam mais presentes. A primeira dizia respeito ao engano de imaginar o arquivo como espelho da trajetória de seu titular, já que nem sempre existe uma equivalência entre história de vida e arquivo pessoal. Este muitas vezes não corresponde – no que se refere ao período coberto pela documentação e à riqueza dos registros acumulados – à duração e magnitude da atuação do acumulador.

A abertura das caixas e a identificação dos cerca de 80 mil documentos que compõem o arquivo afastaram essa possibilidade.<sup>7</sup> A documentação reflete praticamente toda a trajetória pública de Darcy, do SPI ao Senado, registra sua militância partidária, recupera os empreendimentos nos quais esteve envolvido nos campos acadêmico e político, especialmente no que diz respeito às ações empreendidas à frente da política educacional nos governos Brizola, contém vasta correspondência com intelectuais, nacionais e estrangeiros,<sup>8</sup> com familiares<sup>9</sup> e amigos,<sup>10</sup> bem como os originais de praticamente todas as suas obras, além de trabalhos de terceiros, encaminhados a ele para que redigisse prefácios, para que fossem incluídos em eventos que organizava ou simplesmente para seus comentários. Não somente o processo de produção de suas obras pode ser observado nas

várias versões que integram o arquivo, mas também as negociações com as diversas editoras que as publicaram, no Brasil e no exterior. O arquivo inclui ainda documentos de natureza eminentemente pessoal, tais como certidões, diplomas, títulos honoríficos, documentos médicos e bancários, escrituras, agendas e cadernos de anotações pessoais, além dos originais de vários dos cadernos de campo escritos durante as expedições que realizou entre os índios, alguns dos quais foram publicados, em 1996, com o título *Diários índios*.

A multiplicidade de campos de atuação e de *personas* do titular está, portanto, manifesta no arquivo, generoso também no volume da documentação. Essa característica, por um lado, poderia ser tributada ao que uma estudiosa de Darcy identificou, ao ler suas memórias – publicadas postumamente sob o título *Confissões*, ainda em 1997 –, como uma “forte noção de centralidade de si como personagem-sujeito importante nos episódios da história brasileira de que participou” (Bomeny, 2001: 22). Essa consciência histórica vaidosa é auto-referida, apreendida na escrita de suas memórias, pode ter exercido influência na acumulação dos documentos do arquivo, registros da atuação desse personagem-sujeito, especialmente nos últimos 15 anos de sua vida, a partir do momento em que assumiu o Programa Especial de Educação do primeiro governo Brizola e iniciou o que denominava de “revolução pedagógica dos CIEP’s”. Além disso, a personalidade de Darcy permite supor uma intenção de monumentalização da própria memória, para a qual a produção de diários pessoais, sempre passíveis de publicação, bem como a acumulação de documentos, vistos como manifestação material da trajetória que se pretende imortalizar, podem ser dotadas de valor estratégico.

No entanto, o volume e a natureza variada dos documentos presentes no arquivo não remetem exclusivamente à ação acumuladora do próprio titular, como, aliás, a segunda advertência com relação aos arquivos pessoais já fazia suspeitar. Refiro-me ao equívoco de identificar o processo de constituição de arquivos pessoais – a seleção, guarda e ordenamento dos documentos – à manifestação da memória em estado bruto de seu titular, orientada unicamente por seus desígnios individuais. O processo de seleção e ordenamento dos documentos é muitas vezes um empreendimento coletivo, especialmente no caso de homens públicos, para quem secretárias e colaboradores podem ser agentes decisivos do processo. Nesse sentido, o arquivo de Darcy faz jus à advertência.

A interferência mais antiga percebida no manuseio da documentação deve-se à sua primeira mulher, Berta Ribeiro, etnóloga especializada em cultura material indígena, formação que pode ajudar a compreender sua sistematicidade e vocação classificatória, percebidas na organização de fichas catalográficas que integram o arquivo, bem como na tentativa de organizar a correspondência do marido em pastas, nas quais escrevia a lápis o nome do correspondente, do país

de onde vinha a carta ou da instituição que a havia encaminhado, de acordo com critérios próprios, a partir dos quais definia a classificação pessoal, institucional ou geográfica das missivas, ainda que todas fossem passíveis de figurar sob essas rubricas.<sup>11</sup> Além disso, algumas cartas que integram o arquivo, respondendo cartas anteriores endereçadas a Darcy, são assinadas por Berta, mas escritas em nome do marido que, ocupado, incumbia a esposa de não deixar o missivista sem resposta, em geral um amigo comum. Algumas cartas são endereçadas a Berta e Darcy Ribeiro, deixando entrever a dinâmica de um círculo de amizades que reunia acadêmicos e do qual participavam como casal.

Mas outras interferências são também perceptíveis, desta vez na documentação que registra sua atuação em cargos públicos, especialmente no período do Senado que coincidiu com o segundo governo Brizola, ou seja, de 1991 a 1994. Ainda que tenha se licenciado de seu mandato para assumir a Secretaria Estadual de Projetos Especiais do governo fluminense durante aproximadamente um ano, Darcy colaborou com Brizola durante todo o período do governo, dividindo seu tempo entre o Rio de Janeiro e Brasília. Uma intensa correspondência entre sua chefia de gabinete no Senado e sua secretária particular, no Rio, reflete essa dupla inserção. Thereza e Elyan são os nomes responsáveis pela agenda e correspondência de Darcy em Brasília, enquanto Gisele de Araújo Moreira respondia pelo Rio de Janeiro. O papel desta última, espécie de braço direito, é especialmente importante na configuração do arquivo. Gisele, uma das poucas pessoas capazes de entender a letra ilegível de Darcy (vários manuscritos jazem em pastas no arquivo, à espera de serem “decifrados”), cuidava de sua correspondência, da revisão de seus textos e da edição de suas obras. Ela identificou a parcela do arquivo que estava depositada no apartamento de Darcy, em Copacabana, antes de ser transferida para Santa Teresa, tendo sido personagem importante na construção da memória documental de Darcy nos seus últimos anos de vida.

A documentação reflete, assim, múltiplas interferências, confirmando a tese de que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades, afastando-se da sedutora imagem de expressão fiel e autêntica da subjetividade de seu titular. Além disso, os próprios critérios pessoais variam ao longo do tempo, o que remete a temporalidades distintas que presidem ao processo de acumulação dos documentos, tanto do ponto de vista do titular quanto de seus colaboradores. É muito difícil, senão impossível, precisar o que foi acumulado por Darcy, sob sua orientação ou a despeito dela. O volume expressivo de documentos relativos aos últimos 15 anos de sua vida, além de remeter ao apoio de secretárias, pode também refletir a consolidação da imagem de homem plural, de múltiplas vocações, para o qual tudo podia ter interesse, devendo, portanto, ser guardado.

Uma característica da documentação constitui pista interessante para entender a lógica da produção intelectual de Darcy e da configuração de seu ar-

quivo: o volume significativo de cópias e versões dos documentos. A constante retomada de temas recorrentes em sua trajetória, como a defesa dos índios, a preocupação com a educação, a América Latina, entre outros, permite supor que a documentação que acumulava tinha um “valor de uso” significativo (e não apenas “valor de troca” no mercado de bens simbólicos, no qual estão em jogo a memória e o esquecimento). Darcy manuseava a documentação que guardava, refazia textos, anotava referências, deixando entrever nos projetos que esboçava, nos textos que produzia e no exercício dos cargos públicos que assumiu o retorno das mesmas questões sob novas roupagens, versões atualizadas de uma atuação pessoal em relação à qual, ainda que se possa criticar procedimentos, não se pode negar o atributo da perseverança. Assim, por meio do arquivo, revela-se o quanto seus múltiplos “fazimentos” continham uma dimensão de “refazimentos”. Essa característica dificulta muitas vezes a datação e a classificação dos documentos, procedimentos que fazem parte da tarefa de organização do arquivo, na medida em que as inúmeras cópias encontradas não podem ser imediatamente associadas a uma duplicidade da documentação, ao trâmite burocrático que multiplica papéis facilmente elimináveis para fins de uso histórico. Em geral, no arquivo de Darcy, as cópias referem-se a um processo de ressignificação, de atualização, muitas vezes percebido somente ao longo do manuseio de outros documentos, uma carta, por exemplo, que, ao mencionar um novo projeto, dota de sentido o fato de textos de igual conteúdo possuírem versões que distam no tempo ou no espaço (defasagem perceptível por meio de datas, mas também de timbres e discretas anotações) e que uma leitura apressada localizaria em um único e mesmo “fazimento”.<sup>12</sup>

Outra característica da documentação que dificulta a classificação diz respeito ao fato de vários correspondentes de Darcy aparecerem, por exemplo, como autores de artigos e como nomes que figuram em projetos, que, por sua vez, ligam-se a instituições que nada têm a ver, aparentemente, com os temas tratados na correspondência, sugerindo percursos e redes de difícil mapeamento. Isto para não falar naqueles que tratam de diversos assuntos, nos quais a pluralidade temática se revela em um único registro documental. Evidentemente, tais características não são exclusividade desse arquivo, mas, ao contrário, a própria expressão do caráter pessoal dos documentos que, fugindo ao rigor institucional, desafiam o documentalista a conferir uma ordem ao que é múltiplo, a trazer à tona a sincronia de projetos e relações sem perder de vista a perspectiva histórica, tarefa que terá muito a ganhar se a racionalidade específica que presidiu à acumulação de cada conjunto documental com o qual nos deparamos, bem como a (auto)imagem do titular e a interferência de outros agentes no processo forem objeto de atenção.

Para avançar na análise do processo de construção da memória de Darcy é fundamental atentar para o projeto institucional que ele próprio concebeu, a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), da qual o arquivo é parte integrante. Não é possível analisar o arquivo sem inseri-lo no contexto e na cultura institucional da Fundação.

### *Arquivo e instituição: a lógica da parte pelo todo*

Em meados dos anos 1990, consciente da gravidade de seu estado de saúde – em dezembro de 1994 foi internado na UTI do Hospital Samaritano, no Rio de Janeiro, para tratar-se de um câncer em estado avançado –, Darcy decidiu criar uma fundação com seu nome. Nada muito excepcional para um homem público que se consagrou como idealizador e executor de grandes projetos institucionais, um “fazedor de instituições”, entre as quais se inscrevem o Museu do Índio, a UnB e a UENF, entre outras.

A criação de uma instituição desse gênero pode ser vista como um passo estratégico no processo de monumentalização da memória de seu patrono, seja ele seu instituidor, como no caso em questão, seja a instituição produto da ação de herdeiros, após a morte do titular. Nesse último caso, em geral, a justificativa manifesta da instituição é resgatar, preservar e divulgar a memória do personagem, constituindo-se em um espaço para a evocação de sua imagem e a atualização de sua trajetória, lembrada e ressignificada em trabalhos acadêmicos, exposições, eventos e comemorações. O acervo do titular, por meio desse processo, é aproximado da noção de “legado” histórico, inserindo-se no universo dos bens simbólicos reunidos sob a chancela do “patrimônio” ou da “história” nacionais.

No caso de Darcy, que motivações e justificativas foram mobilizadas para a criação da Fundação Darcy Ribeiro, além da vaidade pessoal, que ele, ao buscar descartar, revela de maneira exemplar?

Quando me sugeriram criar uma Fundação com meu nome, a idéia me deu medo de estar fazendo nascer mais uma instituição vetusta: Fundação Getulio Vargas, Fundação Roberto Marinho. A minha seria uma pobre fundaçãozinha Zé da Silva, sem poder e sem dinheiro para crescer e florescer. Qual seria o seu propósito? Louvar-me, dizendo que eu fui bonito e inteligente? Gosto muito de elogios, mas não tanto que me disponha a criar uma máquina de elogiar, como aquelas que os monges do Himalaia têm para rezar pedalando.

Acabei caindo em mim de que precisava mesmo criar a tal Fundação Darcy Ribeiro – Fundar. Tenho mesmo que transferir a al-



guém ou a alguma instituição tarefas que, bem ou mal, eu venho cumprindo a vida inteira e que, sem mim aí para cuidar delas, ficariam aos azares do acaso.<sup>13</sup>

A vaidade de Darcy, de fato, vai além da sua propaganda imodéstia e do apreço declarado pelos elogios. Ele se acreditava portador de uma missão e das condições pessoais para levá-la a cabo melhor do que ninguém, característica ressaltada por Bomeny (2001: 64), ao analisar o personagem, como condição do exercício da ação carismática: ver-se como gênio e agir segundo “esse auto e sincero convencimento”. A iminência do fim da vida criava, assim, uma dupla urgência: criar uma instituição à qual transferir sua missão e, podemos sugerir, livrar sua memória do risco do esquecimento, tantas vezes associado à morte (cf. Vernant, 1979: 31-62).

Nos trechos seguintes do documento sobre a Fundar, Darcy enumera as tarefas às quais vinha se dedicando e que pretendia que fossem por ela continuadas, ressaltando que “já dariam para justificar sua existência”: “salvar os índios”, “obrigar o Brasil a levar a sério a educação da criança negra e pobre”, “tomar a metade do Brasil, apropriada pelos latifundiários que não plantam nem deixam plantar, para nelas assentar milhões de famílias” e “a defesa da Amazônia e do Pantanal como os grandes jardins da terra, e a preservação do Parque Indígena do Xingu”.

O acervo de Darcy é mencionado ao final do documento e não aparece como uma justificativa para a criação da Fundação, inicialmente projetada para ter sua sede em Brasília, no *campus* da UnB, em um prédio especialmente construído para abrigá-la: “Ali se guardarão os 30 mil livros de Berta e meus, bem como nossos objetos de arte e todos os nossos arquivos, inclusive os originais de todas as nossas obras.”<sup>14</sup> Para não trair a imagem irreverente que construía e não parecer vetusto, como a própria idéia de instituir uma fundação lhe parecia de início, finaliza:

O melhor da Fundar, porém, está na área externa. É um amplo palco ao ar livre, frente para um auditório para duzentos jovens, destinado a ver a lua cheia, ouvir seresta, ler poesia e teatro, e namorar. Quem deu um Sambódromo ao Rio bem pode dar um Beijódromo a Brasília.

A escritura pública de instituição da Fundação, datada de 11 de janeiro de 1996, contém o detalhamento dos objetivos da instituição, seus estatutos, bem como o sumário de sua natureza: “Fundação com personalidade jurídica de dire-

ito privado, devotada ao estudo e ação nas áreas da educação, da ciência e da cultura, da ecologia, ao estudo dos índios, negros e caboclos do Brasil”, constando que se instalariam na Fundação, “para uso acadêmico”, a biblioteca de Darcy, seus arquivos e os de Berta Ribeiro. A dotação inicial feita pelo instituidor, Darcy Ribeiro, para alcançar tais finalidades, foi o apartamento da rua Bolívar, em Copacabana, constando ainda a destinação à instituição da propriedade dos direitos autorais de suas obras científicas e literárias. No documento, consta como sede da Fundação o mesmo apartamento da rua Bolívar. O projeto de Brasília acabou não se realizando e, de Copacabana, a Fundar mudou-se para Santa Teresa.

O que mais chama a atenção nas palavras de Darcy, confirmadas pelo instrumento jurídico, é a natureza “fazedora” que confere à Fundação. A Fundar deve continuar seu trabalho, avançar em suas conquistas, empunhar suas bandeiras. Seu instituidor define os campos de atuação em que seu nome deve continuar presente, não apenas nos registros da história, mas nos debates da atualidade. Darcy não quer apenas ser lembrado, quer continuar intervindo. Nesse caso, o “legado” que a Fundar fica encarregada de gerir, para além do acervo histórico, é de natureza política.

É certo que as fundações instituídas com a vocação declarada de preservar a memória de seu titular, manter seu arquivo e divulgar sua obra têm sempre caráter político, na medida mesmo em que a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e de projetar perspectivas sobre o futuro. Nesse sentido, as instituições – e seus gestores – funcionam como agentes de mediação entre o passado (história, memória, acervo) e o presente (ação política).

O que distingue a Fundação Darcy Ribeiro, a meu ver, é o fato de que, enquanto nesse formato mais usual a memória é o objeto do empreendimento, conferindo legitimidade ao projeto institucional e aos agentes sociais que a ele se dedicam, no caso da Fundar, ao menos do ponto de vista de seu instituidor, o objeto do empreendimento é a intervenção, por meio da qual Darcy imaginou manter viva a sua memória.

A tarefa legada à Fundar é ambiciosa e de difícil execução, já que a instituição foi concebida como extensão de Darcy, para *ser* Darcy. Como dar conta de missão tão complexa é a questão constantemente colocada por Tatiana Memória, presidente da entidade, cujo empenho para manter a instituição e cujo desejo de dar cumprimento aos objetivos previstos por seu criador são incontestáveis.<sup>15</sup> Talvez ele próprio tivesse dúvidas sobre a exequibilidade de seu projeto, se pensarmos em seu autoconvencimento quanto à imagem excepcional que criara para si. Sobre esse ponto não há, no entanto, ao menos no momento, como sair do plano da especulação. O fato é que, provavelmente devido à formação do pessoal que mais diretamente se dedica à Fundar, o foco principal de sua atuação, até

hoje, tem sido o campo educacional, com destaque para programas de reciclagem de professores, construção de currículos e produção de material didático. Tais ações constam como objetivos precípuos da Fundação, mas referem-se apenas a uma das áreas a serem contempladas.

Talvez em parte devido a essa limitação, o arquivo tem um lugar central nas preocupações da Fundar. Seus dirigentes estão cientes do forte capital simbólico de que o material se reveste, constantemente confirmado pelas inúmeras solicitações para consulta aos documentos, bem como pela possibilidade de alavancar recursos para sua organização.<sup>16</sup> O arquivo de Darcy confere prestígio e legitimidade à Fundação, como ocorre, aliás, de maneira geral, com instituições consagradas ao legado de um personagem. De fato, a legitimidade dentro do campo de instituições de memória depende, em grande parte, da capacidade de abrigar acervos, de reunir peças e documentos inéditos – que funcionam como manifestação material do legado – ou, ao menos, de produzir um discurso convincente e documentado na apresentação do personagem e de sua trajetória.<sup>17</sup>

Mas a relação entre o arquivo e a Fundar vai além da extensão do capital do primeiro à segunda, remetendo, ainda uma vez, à questão das múltiplas interferências que presidem à constituição dos arquivos pessoais, aos limites entre arquivo e instituição depositária e às vicissitudes impostas pela cultura institucional aos acervos sob sua guarda, questões que ganham rendimento analítico quando remetidas ao vasto campo de reflexão associado à produção social da memória.

Vale registrar que o arquivo Darcy Ribeiro que encontramos no sótão de Santa Teresa resultou da reunião de caixas com origens diferentes: o apartamento da rua Bolívar, a casa de Darcy em Maricá e seu gabinete em Brasília – procedências esperadas haja vista a circulação do titular por esses espaços –, mas também o apartamento de Berta, a casa do irmão em Montes Claros (essa documentação, mais antiga, chegou à Fundação bastante deteriorada por conta de uma inundação), e até a casa de Tatiana Memória e de outros conselheiros da Fundação, que teriam guardado “coisas do Darcy”.

Não é incomum que a doação de um arquivo pessoal a uma instituição de memória enseje a reunião de documentos que se encontram em poder de familiares, no escritório ou na casa de campo do titular, mas no caso do acervo de Darcy, desde cedo ficou clara a preocupação em concentrar na Fundação, e especificamente no arquivo, tudo o que dissesse respeito a sua memória e a seus “fazimentos”. Uma preocupação legítima, que poderia resultar na constituição, dentro da Fundação, de um centro de referência sobre o titular ou na organização de uma coleção de documentos, separada do arquivo. As advertências quanto ao princípio arquivístico que consagra o respeito aos fundos<sup>18</sup> e para o perigo de descaracterizar o conjunto documental com inclusões indevidas não fo-

ram sempre muito bem recebidas, criando-se um consenso mínimo apenas sobre documentos produzidos após a morte de Darcy.

Prevalencia a visão de que o arquivo devia conter determinados documentos que se relacionavam com os que ali estavam depositados, em geral sob o argumento de que estavam separados por obra do acaso. Muitas vezes não ficou claro, quanto a alguns documentos encaminhados ao arquivo após a abertura das caixas, se tratava-se de material remanescente de uma das procedências anteriores ou de material estranho ao conjunto original, mas considerado pertinente por ser produto da ação de Darcy ou por poder complementar informações que constavam dos documentos do arquivo.<sup>19</sup> Mais de uma vez a decisão institucional prevaleceu sobre os argumentos de natureza técnica, acompanhada de uma desculpa que apenas confirma nossas ponderações: “Darcy mesmo não guardava as coisas, os outros é que faziam isso para ele”.

As discussões sobre essas inclusões pontuais deixaram entrever, ainda, uma outra dimensão da cultura arquivística, que remetem a procedimentos rotineiros e consagrados, ainda que fossem valorizados como manifestação de um saber específico, não pareciam poder prevalecer sobre a cultuada excepcionalidade do personagem. Era como se, em nome mesmo de Darcy, de sua personalidade, idiosincrasias e rebeldia, procedimentos não convencionais fossem aceitáveis e até adequados.

Fica claro, nesse ponto, que a imagem da Fundação com relação ao arquivo remete antes a um ideal de exaustividade e totalidade – que também é tradicionalmente associado a Darcy – do que aos atributos de autenticidade ou ao valor associado aos documentos pessoais, vistos como expressão da memória do titular. O arquivo deve representar sua obra da maneira mais completa possível, nenhum “fazimento” deve ficar de fora. Isso fez com que o arquivo continuasse crescendo muito tempo após a morte de Darcy, fruto não da reunião de parcelas acumuladas por ele, dispersas geograficamente, mas da imagem projetada para o arquivo. Como se o ideal de pluralidade e completude, projetado por Darcy para a instituição, tivesse sido transferido pela Fundação para o acervo sob sua guarda. O arquivo deve *ser* Darcy e, por meio dele, a Fundação *se faz* Darcy.

Essas reflexões buscaram lançar luz sobre o processo de constituição do arquivo Darcy Ribeiro e aceder à lógica que presidiu e continua presidindo à configuração desse conjunto documental que, brevemente, será fonte para muitas pesquisas. Com isso, busquei avançar no exercício de relativizar a associação entre conjuntos documentais de natureza pessoal e memória individual. Busquei, ainda, deslocar o arquivo da posição de “campo” de pesquisa para a de “informante” privilegiado do campo institucional em que se localiza e que lhe confere inteligibilidade, procurando perceber as associações metonímicas que relacionam os três elementos constitutivos de um legado memorial: personagem, arquivo e instituição.

Notas

---

1. Extraído de Ribeiro (1997: 3-30).
2. Extraído de carta a Guillermo Bonfil Batalla, de 21/07/1978 (Arquivo Darcy Ribeiro).
3. Em documento no qual explica a vocação e a proposta pedagógica do museu, intitulado “Museu do Índio: um museu em luta contra o preconceito”, Darcy deixa entrever a perspectiva que muitas vezes animou suas críticas à academia. Segundo suas palavras, para combater a deformação dos museus tradicionais de etnologia, era necessário criar um museu “voltado mais para a compreensão humana que para a erudição etnográfica” (Arquivo Darcy Ribeiro).
4. No *site* da Fundação Darcy Ribeiro, uma das páginas denomina-se “Fazimentos” e inclui as seguintes “janelas”: educação, antropologia, cultura, meio ambiente e política ([www.fundar.org.br](http://www.fundar.org.br)).
5. Trechos extraídos de uma carta de Darcy à sua mãe, datada de 16/06/1981 (Arquivo Darcy Ribeiro).
6. As razões para o ostracismo acadêmico de Darcy Ribeiro, antes de remeterem ao anacronismo de suas teorias de pretensão totalizante, dizem respeito à opção pela intervenção política e aos embates que, a partir de determinado momento, o colocaram em campo oposto ao de seus antigos pares. Em seu arquivo constam cartas que atestam sua briga com os antropólogos do Museu Nacional, após uma entrevista que concedeu à revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, n. 12, em que os acusa, entre outras coisas, de serem movidos por um interesse intelectual indiferente à sorte de seus objetos de estudo, o que provocou a reação indignada de vários antropólogos.
7. O volume exato de documentos que compõem o arquivo ainda não está disponível, pois o arquivo continua em organização. O CPDOC teve participação importante nesse trabalho por meio de dois convênios. O primeiro vigorou de agosto de 2000 a dezembro de 2001 e o segundo, durante o ano de 2003. Ao longo desses períodos, o arquivo foi higienizado e identificado, o arranjo foi definido e a maioria das séries foi organizada. Após 2003, o trabalho prosseguiu a cargo de parte da equipe formada ao longo dos dois convênios, absorvida pela Fundação Darcy Ribeiro.
8. Entre os quais poderíamos destacar Betty Meggers, Clifford Evans, Donald Pierson, Herbert Baldus, Charles Wagley, Alfred Métraux, Simone Dreyfus-Roche, Juan Comas, Leopoldo Zea, Egon Schaden, Eduardo Galvão, Oracy Nogueira e outros.
9. Destacam-se, entre os familiares, cartas trocadas com as duas esposas, Berta Ribeiro e Claudia Zarvos, e com sua mãe, D. Fininha.
10. Algumas pessoas com as quais mantinha uma correspondência de caráter mais pessoal: José Roberto Nemer, Yolanda Pires, Guillermo Bonfil Batalla, Joel Rufino, Patrícia Giwner, José Aparecido de Oliveira, Augusto Boal, Oscar Niemeyer, Vanilda Paiva, Vera Brant, Carlos de Araújo Moreira Neto, Bocayuva Cunha, Pedro Casadaglia, Mércio Gomes e José Carlos Süssekind.
11. Berta e Darcy ficaram casados de 1948 a 1975. Ao longo desses 27 anos, ao que parece, Berta foi uma colaboradora dedicada e discreta, auxiliando-o em suas

pesquisas, organizando seus papéis e criando as condições para que produzisse e levasse adiante seus projetos.

12. Podemos nos perguntar se a própria imagem do titular, à qual o documentalista não está nunca imune, não teria gerado uma atenção especial com relação às cópias, deixando entrever a característica mencionada. Quantas vezes não teremos efetuado descartes “desavisados” de cópias, em arquivos de titulares cuja imagem pública esteja associada a uma trajetória “linear”?

13. Extraído de documento sem data, intitulado *Fundar*, possivelmente uma versão do texto sobre a Fundação que integra o livro *Confissões* (Arquivo Darcy Ribeiro). A sigla da Fundação, Fundar, não deixa de ser emblemática de uma instituição que nasce para dar continuidade à ação de seu criador.

14. A destinação dada por Darcy ao acervo de Berta, que já se encontrava muito doente à época da criação da Fundação, mereceria um investimento mais aprofundado, que não cabe nos limites deste trabalho. Chama a atenção que, tantos anos após a separação, Darcy reúna os dois acervos na Fundação. A futura organização do arquivo de Berta Ribeiro permitirá conhecer melhor sua atuação e deixará entrever aspectos das interferências recíprocas nos dois conjuntos documentais.

15. Tatiana Memória é, atualmente, presidente da Fundação Darcy Ribeiro. O primeiro presidente foi o próprio Darcy, que tinha como vice seu sobrinho, Paulo de Faria Ribeiro. Com a morte de Darcy, Paulo assumiu a presidência e Tatiana a vice-presidência. Tatiana integra o

Conselho Curador da Fundar desde sua fundação, juntamente com outros 20 nomes. Seu contato com Darcy data de 1962. Sua mãe havia trabalhado com ele e Tatiana a substituiu depois da volta de Darcy do exílio. Foi sua assessora na área educacional no primeiro e no segundo governos de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro ([www.educacional.com.br/entrevistas](http://www.educacional.com.br/entrevistas)).

16. Os dois convênios firmados com a Fundação Getulio Vargas para a organização do arquivo tiveram patrocínio externo para sua execução, o primeiro da Faperj e o segundo da Fundação Cesgranrio.

17. Sobre a importância dos acervos na legitimação de instituições de caráter memorial, cf. Heymann (2004).

18. O “princípio de respeito aos fundos”, uma das orientações básicas do trabalho arquivístico, preconiza que a documentação acumulada por determinada instância, seja ela uma pessoa física ou uma instituição, pública ou privada, deve ser mantida coesa, respeitando-se a individualidade do conjunto, sem misturá-lo a documentos provenientes de outra origem, na medida em que este é dotado de uma singularidade orgânica que lhe confere sentido, por refletir atividades, dinâmica e critérios da instância responsável pela acumulação.

19. Foi esse o caso, por exemplo, de algumas apostilas elaboradas dentro do programa educacional do segundo governo Brizola, encaminhadas ao arquivo com a recomendação de que fossem inseridas no conjunto documental, já que seriam o resultado do trabalho descrito pela documentação.

Referências bibliográficas

- ARRUTI, José Mauricio. 1996-1997. "Uma antropologia mameluca a partir de Darcy Ribeiro, 1995, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*". *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, n. 21-22, 5ª série. p. 301-312.
- BOMENY, Helena. 2001. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, UFMG.
- HEYMANN, Luciana Quillet. 1997. "Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 19. p. 41-66.
- . 2004. "Os cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um 'legado'". *Anais do XXVIII Encontro Anual da Anpocs*. 26 a 30 de outubro (versão em CD-Rom).
- RIBEIRO, Darcy. 1997. "Depoimento". *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 44, 2º semestre. p. 3-30.
- VERNANT, Jean-Pierre. 1979. "A bela morte e o cadáver ultrajado". *Discurso*, São Paulo, Ciências Humanas, n. 9. p. 31-62.
- (Recebido para publicação em março e aprovado em agosto de 2005)

**Resumo**

O volume e a complexidade da documentação reunida no arquivo pessoal de Darcy Ribeiro guardam paralelo com a pretensão totalizante de suas teorias, bem como com a sua conhecida eloquência ao falar de si. Trabalho acadêmico, militância política e produção literária mesclam-se, no arquivo, a repercussões de sua atuação, redes de relações pessoais e registros do cotidiano, revelando os múltiplos projetos em que esteve envolvido (ou, como ele talvez preferisse, seus múltiplos *fazimentos*), ao mesmo tempo que o próprio arquivo se constitui em um ambicioso *fazimento* de memória. O artigo busca lançar um olhar antropológico sobre esse acervo, com o objetivo de revelar as características de sua constituição e conteúdo, bem como de analisar de que maneira o campo institucional no qual se localiza e que lhe confere inteligibilidade, a Fundação Darcy Ribeiro, interfere na sua configuração.

**Palavras-chave:** memória, arquivos pessoais, instituição de memória, cultura institucional.

***Abstract***

The volume and complexity of the documents in the personal archive of Darcy Ribeiro can only be compared to the totalizing ambition of his theories and to his well known eloquence when he spoke of himself. Academic work, political militancy and literary production are mixed with reactions before his performance, networks of personal relationships and records of everyday life, disclosing the many projects in which he was involved and showing that the archive itself is an ambitious project of memory. The article tries to cast an anthropological look at the archive, in order to point the main characteristics of its constitution and content, and to analyze how the intellectual ground where it stands and from where it draws its intelligibility, i. e. Fundação Darcy Ribeiro, interferes in its configuration.

***Key words:*** memory, personal archives, memory institution, institutional culture.

***Résumé***

Le volume et la complexité des documents rassemblés dans les archives personnelles de Darcy Ribeiro sont comparables aux prétentions totalisantes de ses théories, ainsi qu'à l'éloquence avec laquelle il parlait de lui-même. Travail académique, militantisme politique et production littéraire y sont mélangés aux répercussions de ses actions, à ses réseaux de relations personnelles et à des notes éparses, tout en dévoilant les multiples projets auxquels il a participé. Dans ce sens, les archives constituent elles-mêmes un ambitieux projet de mémoire. L'article cherche à jeter un regard anthropologique sur ce fonds, dans le but de dévoiler les caractéristiques de sa construction et de son contenu, et d'analyser de quelle façon le champ institutionnel où il est déposé et qui lui confère intelligibilité, la Fondation Darcy Ribeiro, intervient dans sa configuration.

***Mots-clés:*** mémoire, archives personnelles, institution de mémoire, culture institutionnelle.